



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
A derrota na vitória: o PT e a CUT entre Collor e Lula			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Gelsom Rozentino de Almeida*	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	Prof. adjunto
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Do final dos anos 1970 até a Constituição de 1988, os movimentos sociais e o movimento sindical, principalmente articulados junto ao Partido dos Trabalhadores, organizaram-se buscando regulamentar algumas novas conquistas. Após a promulgação da Constituição 1988 teve início uma nova luta legislativa, onde o movimento sindical e os partidos de esquerda tiveram de enfrentar as iniciativas dos governos Collor, Itamar e FHC, e demais representantes do capital, que objetivavam eliminar as poucas garantias conquistadas pelos trabalhadores. Ao longo dos anos 1990, com o avanço do neoliberalismo, o movimento dos trabalhadores passou a enfrentar – sem muito êxito – uma nova situação no mercado de trabalho, com a precarização das condições de trabalho e das relações de trabalho. Estabelece-se uma situação cada vez mais adversa à luta dos trabalhadores, com o aumento do desemprego estrutural, do trabalho informal, novas tecnologias, desindustrialização e estagnação econômica. Com a eleição de Lula como presidente em 2002, abriram-se expectativas de mudanças, senão bruscas, ao menos de “ajustes” na política econômica e de grandes transformações na área social. Nas áreas trabalhista, de desenvolvimento econômico e distribuição de renda, verificou-se a formação de um espaço para a consecução de metas comuns para a sociedade brasileira, através de um conserto entre trabalhadores e empresários e representantes do governo Lula. Essa política de conciliação de interesses classistas, contudo, teria um caráter diverso da expressão democrática e popular, derrotada em 1989.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
PT, CUT, hegemonia neoliberal, trabalhadores, transformismo			
ABSTRACT			
<p>From late 1970 until the 1988 Constitution, social movements and trade unions, mainly articulated by the Workers' Party, organized themselves seeking some new regulatory achievements. After the promulgation of the 1988 Constitution began a new legislative fight, where the trade union movement and the left parties had to face the initiatives of Collor, Itamar and Cardoso, and other representatives of capital, which aim to eliminate the few guarantees won by workers. Over the year 1990, with the advance of neoliberalism, the labor movement began to face - without much success - a new situation in the labor market, with the precariousness of working conditions and labor relations. It sets up a situation more and more adverse to the struggle of workers, with the increase in structural unemployment, informal labor, new technologies, industrialization and economic stagnation. With the election of Lula as president in 2002, opened up expectations of changes, but abrupt, at least in "setting" in economic policy and major transformations in the social area. In the areas of employment, economic development and income distribution, there was the formation of a space for the achievement of common goals for the Brazilian society, through a patch between workers and employers and representatives of the Lula government. This policy of reconciliation of class interests, however, would have a different character from the popular and democratic expression, defeated in 1989.</p>			
KEYWORDS			
PT, CUT, Neoliberal hegemony, workers, transformism			

* Procientista FAPERJ/UERJ.

A eleição de 1989

Com o governo Sarney à deriva e uma crise de ingovernabilidade, todos os 22 candidatos à presidência se apresentaram como oposição, em decorrência da impopularidade do presidente.

Dentre os candidatos cabe destacar aqueles que tinham uma maior projeção nacional: Luís Inácio Lula da Silva (PT), metalúrgico, candidato pela Frente Brasil Popular que reunia PT, PSB e PC do B, contava com apoio de grande parte dos movimentos sociais, do sindicalismo ligado a CUT e de setores progressistas da Igreja Católica; Leonel Brizola (PDT), engenheiro, uma das maiores lideranças do PTB até o golpe de 1964, tendo sido deputado estadual, deputado federal, prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul, foi eleito governador do Rio de Janeiro em 1982; Fernando Collor de Mello (PRN), jornalista e empresário, prefeito nomeado de Maceió (1979), deputado federal (ARENA/PDS), governador de Alagoas (PMDB), conhecido como “caçador de marajás”; Mário Covas (PSDB), engenheiro, deputado federal (PST e MDB) cassado pelo AI-5, deputado federal (PMDB), prefeito de São Paulo (1983-85), Senador (PMDB) em 1986; Paulo Maluf (PDS), engenheiro e empresário, prefeito nomeado de São Paulo (1969), governador de São Paulo (ARENA), deputado federal (PDS), candidato a Presidente da República derrotado por Tancredo Neves, candidato derrotado ao governo (1986) e a prefeitura (1988); Ulysses Guimarães (PMDB), advogado, deputado estadual e federal em 11 mandatos (PSD/MDB/PMDB), foi Presidente da Assembléia Nacional Constituinte; Guilherme Afif Domingos (PL), empresário, secretário do governo Maluf em São Paulo, deputado federal (PL) em 1986, representava a Associação Comercial de São Paulo; Aureliano Chaves (PFL), engenheiro, deputado estadual (UDN), deputado federal (ARENA), governador nomeado de Minas Gerais (1974), Vice-Presidente da República (1978-1985), participou da fundação da Frente Liberal e da eleição de Tancredo/Sarney; Roberto Freire (PCB), advogado, deputado estadual e federal (MDB/PMDB/PCB); e Ronaldo Caiado (PDC), médico e fazendeiro, principal liderança da União Democrática Ruralista (UDR).

A atuação do “Centrão” na Constituinte teria sido a grande responsável pela derrota dos partidos conservadores nos grandes centros urbanos nas eleições municipais de 1988, dificultando o crescimento de seus candidatos na eleição presidencial. Empresários e militares iniciaram especulações sobre possíveis candidaturas, como Antonio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim) e Ozíres Silva (ex-presidente da Petrobrás e da Embraer) e a do governador paulista Orestes Quécia (que esbarrou na disposição de Ulysses). Dentre as já lançadas, admitia-se a adoção da candidatura de Covas como forma de impedir a vitória tanto do PT como do PDT. Mas se o empresariado

urbano via nele um aliado, a UDR o considerava como adversário – baseada em sua atuação na Constituinte, o que o inviabilizava. O perfil ideal para o empresariado apontava para Collor: jovem, com experiência administrativa, saudável, de “centro” e com apelo popular. Mas havia resistências ante a falta de uma estrutura partidária. Maluf era descartado pois a sua candidatura era estigmatizada como herdeira da ditadura militar, o que poderia acirrar o confronto com a esquerda – o que se pretendia evitar. Aureliano e Ulysses não conseguiam consolidar o apoio dentro de seus próprios partidos, sendo “cristianizados” por uma grande porção que optara por Collor ou Covas. Até o empresário e apresentador Silvio Santos lançou-se como candidato, sendo impedido. Diante das dificuldades de se costurar uma candidatura única, ou prioritária, das classes dominantes ainda no primeiro turno, a alternativa foi disputar com vários candidatos, formando-se a coalizão em torno de uma candidatura no segundo turno.

No 1º turno, em 3 de outubro de 1989, Collor obteve o primeiro lugar com 28,52% dos votos e, em disputa acirrada pelo 2º lugar, Lula conseguiu 16,08% contra 15,45% dos votos obtidos por Brizola. Mário Covas ficou em 4º lugar. A confirmação do voto contra o governo e do desgaste do PMDB foi o resultado vergonhoso obtido por Ulysses Guimarães, em 7º lugar com apenas 4,43% dos votos.

Na campanha do 2º turno, com duração de 32 dias, ocorre um realinhamento das forças políticas que evidenciam a polarização entre Collor e Lula e seus respectivos projetos de nação. Collor passa a ser apoiado abertamente pelo PDS, PFL, PL e setores do PSDB e PMDB, além do empresariado em bloco. Lula recebe o apoio do PDT, do PCB e de parte do PSDB (liderado por Covas) e do PMDB (Miguel Arraes, Pedro Simon, Waldir Pires). Collor liderava as pesquisas, mas em queda, enquanto Lula subia cada vez mais. A campanha foi marcada por ataques violentos ao PT e ao Lula nos meios de comunicação. Assim foi no caso da ex-namorada de Lula, contratada por Collor para atacá-lo através da filha de ambos, Lurian. Ou ainda, na exploração eleitoral do seqüestro do empresário Abílio Diniz (Pão de Açúcar) quando se forjaram “provas” do envolvimento do PT. Os acontecimentos no Leste Europeu e a crise do socialismo eram brandidos a todo o instante, visando acuar o PT. Acusações levianas sobre as administrações petistas eram feitas e, posteriormente, desmentidas. A manipulação das informações chegou ao seu extremo na edição do noticiário sobre último debate (14/12/89), realizada pelo “Jornal Nacional” da Rede Globo de Televisão, extremamente benéfica para Collor.

No 2º turno, em 17 de dezembro, Collor venceu Lula, obtendo 35,1 milhões de votos (aumento de 70% em relação ao 1º turno) contra 31,1 milhões de votos (crescimento de 172% em relação ao 1º turno). Lula venceu nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e

Distrito Federal. Foi vitorioso também nas cidades acima de 1 milhão de habitantes (49,8% a 38,5%), no eleitorado até 29 anos de idade (54,5% a 36,8%) e no eleitorado masculino (48,3% a 42,6%).¹

Apesar da derrota eleitoral, com uma pequena diferença, a candidatura Lula saíra vitoriosa politicamente do processo. A organização e a luta dos trabalhadores, capitaneados pelo PT, haviam conseguido construir uma alternativa política que se contrapunha ao sistema de dominação capitalista no Brasil. Mas não era o bastante: a vitória de Collor transcenderia o seu governo, representando a vitória do projeto neoliberal no Brasil e a construção de sua hegemonia a partir dos anos noventa.

A Hegemonia Neoliberal

Não há dúvida que a sociedade brasileira já teria sido capaz de desenvolver razoavelmente algumas organizações da sociedade civil que assumiram uma participação na determinação das políticas do Estado. Desde os anos 1980 o Estado brasileiro, embora tivesse se reforçado muito, contando com modernos aparelhos coercitivos (Forças Armadas, Serviços de Informação, etc) e de concessões e participação (Legislativo, assistência social, centros comunitários, etc) não teria condições – e mesmo interesse - de se fechar completamente à participação das classes subalternas em seu interior. Tornou-se mais complexo e ampliado, conforme a visão gramsciana.

Compreende-se, pois, que a efetiva disputa pela hegemonia e poder estaria localizada entre as classes antagônicas na sociedade, e não numa polarização entre sociedade civil e Estado, conforme a clássica definição liberal. De forma similar à definida por Poulantzas, a própria luta de classes estaria presente *dentro* do Estado Capitalista, inclusive no Brasil.

O capitalismo brasileiro, de forma diversa de outros países, se desenvolveu mantendo o monopólio da propriedade da terra, recorrendo constantemente à força repressiva do Estado para mediar as relações entre o trabalho e capital e integrando-se de modo subordinado ao mercado e ao sistema financeiro internacional. A incapacidade do capitalismo brasileiro de incorporar milhões de pessoas aos frutos do desenvolvimento limitaria a possibilidade da burguesia exercer a hegemonia política na sociedade.

¹ Atlas Histórico IstoÉ Brasil. São Paulo: Ed. Três, 1998.

A perspectiva histórica da organização política dos trabalhadores no mundo permite associar a luta por direitos trabalhistas, sociais e políticos como uma história da luta pela construção da democracia e do socialismo. Estes deveriam se organizar de forma autônoma, pois, na sociedade futura, exerceriam o poder através de uma democracia direta. Democracia direta tornava-se então sinônimo de poder socialista, enquanto democracia representativa seria identificada como uma limitação ou uma deturpação da *verdadeira* democracia realizada pela dominação burguesa. Em outros termos, uma oposição entre *Ditadura do Proletariado* e *Democracia Liberal*. Tinha-se consciência de que as experiências de luta e organização dos trabalhadores em si não resolveriam as contradições do socialismo com o capitalismo, na medida em que a própria ampliação dessas lutas acarretaria uma maior resistência da burguesia, agravando assim as contradições. Para o enfrentamento das táticas de repressão ou cooptação da burguesia os trabalhadores teriam que empregar táticas que retirassem as massas da influência burguesa e possibilitassem a conquista do poder. Estabelecia-se uma distinção entre as atividades que visariam conscientizar os trabalhadores da necessidade da conquista do poder e as que se destinariam à conquista imediata do próprio poder. Uma das conseqüências foi a identificação dos termos *reforma* e *revolução* como excludentes.

Ainda nos anos 1980, de forma geral, o projeto democrático (e socialista) incorporaria diferentes perspectivas dos movimentos sociais que combatem opressões específicas, como os das mulheres, dos negros, dos jovens e dos homossexuais, e suas expressões ideológicas, em particular o feminismo, que seriam indispensáveis para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia e engajar, em profundidade, a maioria da população num processo de transformação (revolucionário) da realidade brasileira. Deveria integrar também movimentos de âmbitos culturais nacionais e ambientais, movimentos anticapitalistas e progressistas, e quaisquer outros que questionassem os mecanismos vitais para a reprodução da dominação de classe. Havia um superdimensionamento da capacidade de organização e mobilização desses movimentos como se fossem capazes de, por sua vontade política, atrair para o seu interior grandes parcelas ou a maioria da população. As questões propostas por esses movimentos, a abertura de canais de participação das massas trabalhadoras no poder do Estado e a garantia dos direitos individuais, seriam fundamentais para transformar as liberdades políticas e a democracia formais próprias do capitalismo, nas liberdades e na *democracia real* que deveria ser própria do socialismo. Então, a democracia *realmente existente* na sociedade capitalista – conforme a visão marxista - não passaria de uma igualdade formal que camuflaria e legitimaria a desigualdade real.

O Estado tornou-se cada vez mais permeável à sociedade, o que pode representar em alguns casos a delegação de atribuições do Estado à entidades diversas da sociedade, desde igrejas,

associações filantrópicas, associações de moradores, sindicatos, ONGs. Em outros termos, assinala-se o surgimento de um espaço público não-estatal, mas que não têm claros os seus limites e formas de atuação. Mais grave: podem ser identificadas inúmeras manifestações de organizações *neo-governamentais*.

O ponto de partida local é básico para políticas sociais eficientes. As soluções *nacionais*, formuladas por burocratas que não vivem o cotidiano da cidade, tornam-se cada vez mais ineficazes. Os Estados Nacionais e suas políticas tornaram-se reféns das diretrizes do capital financeiro. Mas o próprio caráter global do capitalismo se realiza no espaço local. Assim, num processo de descentralização e democratização, o governo local deve ser um governo promotor, capaz de dar resposta aos atuais desafios urbanos e de construir um projeto de cidade, mas também promover o protagonismo cidadão. As questões de conteúdo ou substantivas são fundamentais para o correto estabelecimento das formas de participação democrática. Para tanto, cabe indagar que tipos de investimentos deverão ser feitos para resolver os problemas da cidade, de onde vêm os recursos, como, quando e onde serão aplicados, mas, sobretudo, *quem* vai definir quais são os problemas da cidade, *quem* vai definir como se obterão os recursos, como, quando e onde serão aplicados, *quem* vai controlar os recursos, acima de tudo, *como* serão definidos esses problemas e *quem* são os destinatários.

Muitas lideranças envolvidas nos diferentes fóruns, conselhos e demais espaços de participação institucional se questionam sobre a eficácia de sua atuação, desde o período FHC, mas acentuado no governo Lula. De forma direta, se indagam: “O que faço aqui?” “Pra que serve isso?” “Foi pra isso que lutamos?” “Não seria melhor estar em outro lugar?” A construção da democracia, a conquista de direitos e a ampliação da cidadania pelos movimentos sociais (incluindo também parcela significativa do movimento sindical) esbarram em sérios limites. Como afirmamos no início, ocorre um deslocamento de sentido das noções de *sociedade civil*, *participação e cidadania* que corrompem o seu significado original no projeto democrático popular e reduzem, na prática, o espaço político e democrático da sociedade.

Esses termos são *apropriados* pelo projeto neoliberal, passando a responder por demandas do encolhimento de Estado, seja através de políticas compensatórias implementadas diretamente, ou seja, delegando atribuições ao *terceiro setor*, fundações empresariais e ONG’s, que através de ações de “responsabilidade social”, da “solidariedade com os pobres” , do trabalho voluntário e filantrópico, de programas assistenciais, retiram a condição humana do campo dos direitos fundamentais, retiram a cidadania do campo da democracia, e retiram direitos do campo da política.

As rápidas e profundas transformações do sistema capitalista em curso estariam induzindo à formação de um consenso, ou próximo disso, quanto a necessidade de adaptação do direito trabalhista nacional às demandas de maior produtividade e competitividade. Segundo uma interpretação, que estaria se aproximando de um senso comum, a inserção internacional do Brasil no processo de *globalização* estaria sendo dificultada, senão obstada, pela *rigidez* da regulamentação das relações de trabalho. Neste sentido, define-se o direito de trabalho como *incapaz* de atender as demandas e dinâmica do mercado.

O neoliberalismo, atual corrente hegemônica, defende a desregulamentação, a flexibilização e eliminação de grande parte dos direitos trabalhistas, por considerar que seriam mecanismos para o ajuste à competitividade e ao crescimento das empresas, premissas para o desenvolvimento da economia e da melhoria do nível de vida nacional. Tais medidas seriam justificadas por permitirem afrouxar, eliminar, ou adaptar, de acordo com o caso, a proteção trabalhista clássica, para aumentar o emprego, a inversão ou a competitividade internacional.

Apesar da organização corporativista da estrutura sindical, e ao contrário da afirmação corrente sobre a *rigidez*, a legislação sobre o mercado de trabalho não existiria efetivamente, posto que a lei no. 5.105 de 13/09/1966 que instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) teria liquidado com o pouco que havia de restrição ao poder dos empregadores. Nos anos setenta, o ingresso ao mercado de trabalho fora flexibilizado pela lei no. 6.019 de 03/01/1974, que regulou o trabalho temporário. A Constituição de 1988, a rigor, não alterou nenhum dos elementos estruturais do sistema de relação de trabalho, embora garantisse alguns direitos aos trabalhadores. Seriam essas conquistas pontuais e de alcance limitado o principal pretexto para a *flexibilização* e *desregulamentação* do direito do trabalho.

Identifica-se que, de maneira cada vez mais perceptível, o mundo vive hoje uma grave crise. Trata-se de uma crise mais profunda que aquelas originadas pelo mercado financeiro. Ao contrário, sendo uma crise bem mais profunda, a crise do mercado financeiro é mera consequência. Trata-se de uma grande crise da economia real. Uma crise que decorre do fato da taxa de crescimento da produtividade da mão-de-obra, mais a taxa de crescimento dessa própria mão-de-obra, estar superando, na imensa maioria dos países, as respectivas taxas de crescimento econômico. Isso leva à trágica expansão do desemprego e a degradação dos salários que, simultaneamente, em todo mundo capitalista, desacelera a economia real e potencializa a esfera financeira.

A década de 90 no Brasil representou um período de derrotas para o sindicalismo autêntico². Embora imputemos algumas dessas derrotas à histórica e esmagadora diferença de forças entre patrões e empregados, não podemos excluir os diversos setores governamentais que implementaram várias políticas de desenvolvimento econômico e social extremamente tendenciosas e desfavoráveis à classe trabalhadora, no caso do Brasil, já tão sofrida pelos salários aviltados por tentativas até agora frustradas de chegar-se ao tão esperado “equilíbrio econômico”.

A gestão do Ministro do Trabalho Francisco Dornelles, durante o governo FHC foi marcada pela preocupação com a reforma do direito trabalhista. O princípio geral de sua proposta era que “o negociado prevalece sobre o legislado”. Dentre as medidas implementadas, podemos destacar a extinção dos juizes classistas, a criação das Comissões de Conciliação Prévia e a lei 9.957, que instituiu o procedimento sumaríssimo em processos trabalhistas para os dissídios individuais de valor inferior a 40 salários-mínimos.

As práticas de privatizações, terceirização nos setores públicos e nas empresas privadas, bem como os dispositivos de contrato de trabalho temporário e banco de horas têm sido fundamentais para o avanço na reformulação da legislação vigente e para o alcance das metas de modernização acordadas entre o Estado, o Capital Internacional e os representantes dos diversos setores privados da economia nacional. É inegável o fato de que mundialmente os setores produtivos estão em fase de adaptação a uma nova fase do capitalismo, onde os setores terciários (serviços) e quaternários (conhecimento e tecnologia) da economia geram cada vez mais recursos e exigem menor quantidade de mão-de-obra, entretanto cada vez mais qualificada. Os setores da indústria pesada e de bens duráveis cada vez mais se automatizam levando à demissão de milhares de trabalhadores. Como conseqüência, as lutas da classe trabalhadora chegaram a um estágio onde as reivindicações por melhores condições de trabalho, aquisição de benefícios e campanhas por aumento de salário, cederam lugar às propostas que viabilizem a própria manutenção dos empregos. De certo, os mecanismos de luta da classe trabalhadora caminham no sentido de sofrer adaptações a esse novo momento, onde as relações de produção estão em fase de profunda transformação. Nesse contexto, o discurso social-democrata adotado por muitas correntes dentro das organizações trabalhistas, tem soado como “canto de sereia”³, conseguindo cooptar mais adeptos do que a proposta de revolução socialista, que exige um confronto direto entre empregados e patrões.

A social-democracia, como premissa político-ideológica de algumas correntes sindicais, acaba implementando a idéia de um capitalismo mais “adocicado”, pautado na manutenção dos mecanismos democráticos, na possibilidade de livre negociação entre patrões e empregados, e na

²Como sindicalismo “autêntico” entende-se aquele oriundo das correntes mais combativas e opositoras ao “peleguismo” dos sindicatos oficiais durante o período da Ditadura. Cf. Giannotti & Lopes Neto, CUT ontem e hoje.

³ Conforme GIANNOTTI & NETO, CUT Ontem e Hoje.

proposta de “pacto”, este firmado entre os setores produtivos da sociedade e o Estado, em prol do desenvolvimento econômico e social.

O “Sindicalismo de Resultados” como é conhecida a corrente do movimento sindical que privilegiaria a luta econômica, e que tem na Força Sindical a principal central sindical e pólo aglutinador, embora tenha conseguido a manutenção de alguns postos de trabalho e até significativas reposições de perdas salariais em alguns setores, na busca de conduzir o movimento sindical a um novo momento das relações de produção, acaba por servir indiretamente ao avanço das políticas neoliberais no Brasil e, estaria ainda, inviabilizando o processo de mudança revolucionário socialista, pautado no confronto direto entre as classes.

A pluralidade de correntes ideológicas internas nas centrais de trabalhadores, sobretudo na CUT, ainda que apontassem para uma forma democrática de sindicalismo, gerou conflitos que desarticularam o próprio movimento sindical e sua organização, facilitando as ações governamentais e de representantes dos setores empresariais, que agem e se articularam no intuito de furtar cada vez mais aos trabalhadores os mecanismos de reivindicações e direitos que lhes restam.

A última década e, sobretudo os primeiros anos de governo de FHC, representaram para os movimentos sindicais no Brasil uma fase de profundas mudanças, tanto no discurso, como na estrutura e prática sindical. A CUT, como legítima organização de trabalhadores, atuou no processo de refreamento das políticas neoliberais implementadas desde o início da década de 90, mas foi perdendo seu poder de aglutinação da classe trabalhadora em prol da defesa de seus direitos e conquistas. Em parte por derrotas impostas pelo capital e o governo FHC, em parte pela incorporação da agenda e do referencial neoliberal. Adotar uma postura “propositiva” seria a estratégia da CUT para tentar obter ganhos nesse novo contexto. Com a vitória de Lula em 2002 essa postura se consolida através da retomada de discussões das “câmaras setoriais”, “conselhos”, comissões e, principalmente, com a criação do Fórum Nacional do Trabalho. PT e CUT assumiram, de forma crescente e pública, uma postura *propositiva* e conciliadora com o capital, identificando interesses comuns. Todavia, como já foi demonstrado, não se pode confundir aspectos efetivamente democráticos da prática e da luta cutista e petista, conjunturais, com outros elementos mais profundos que, aparentemente de matrizes diferentes, viriam a se identificar com determinadas propostas de reformas.

O Governo Lula

Na *Carta ao Povo Brasileiro* em 2002 havia o entendimento de que “parcelas significativas do empresariado” estariam aderindo ao projeto lulo-petista que, ao mesmo tempo que rejeitava qualquer menção de continuísmo com o governo FHC, afirmava que a superação do modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se daria por um passe de mágica, de um dia para outro ou através de milagres. Seria obtido mediante a redução da vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criação de um amplo mercado interno de consumo de massas, da combinação do incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas e, sobretudo, das reformas estruturais que modernizariam o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional, destacando as reformas tributária (“que desonere a produção”), agrária (“que assegure a paz no campo”), previdenciária e trabalhista.

No *Programa de Governo de Lula 2002* ficava explícito que as reformas seriam levadas adiante como resultado de um processo de entendimento das diferentes classes sociais promovido pelo Estado.

Para facilitar a compreensão de nossos argumentos, cabe um breve retorno ao momento-chave da campanha eleitoral presidencial de 1989. O programa econômico do PT na época – na Frente Brasil Popular – era consciente dos limites impostos pela correlação de forças daquela conjuntura em que foi feito – favorável ao capital. Contudo, pretendia “democratizar” de tal forma a participação no mercado, sob a tutela do Estado e de uma lógica diversa, que até mesmo esse projeto “capitalista” seria visto naquele contexto como contrário aos interesses “dependentes e associados da burguesia no Brasil”.

A proposta petista era contra-hegemônica, pois considerava a necessidade de reformas dentro dos marcos do modo de produção capitalista, tendo como objetivo estratégico o socialismo. E mais: a implementação desse modelo alteraria as bases de sustentação política e econômica das classes dominantes embora, contraditoriamente, muitos de seus aspectos lhe fossem benéficos. Para o PT, entretanto, não se tratava de buscar parcerias na burguesia nacional, nem confiar em seu interesse no crescimento do mercado interno ou em seu caráter democrático ou antiimperialista. Entendia o projeto burguês como associado ao capitalismo internacional e, portanto, em regra contrário ao desenvolvimento autônomo de um capitalismo de massas, que ampliasse o mercado de trabalho, o consumo e participação política. O PT representava a defesa de um projeto nacional, democrático, popular e público, quiçá socialista, contra a estratégia privatista, liberal-autoritária e internacionalista do capital.

Ainda que contendo ambigüidades e contradições, esse projeto crescia frente à inexistência de uma resposta (ou um projeto) com alguma capacidade de incorporação social por parte das classes dominantes no Brasil. O PT tornara-se uma ameaça, não porque se propusesse a desmantelar o capitalismo ou a propriedade privada, mas porque, ao aglutinar forças diferentes, ao incorporar trabalhadores urbanos e rurais, oferecia uma alternativa política para o país.

Nas diferentes campanhas de 1994, 1998, até a vitória em 2002, o programa econômico foi cada vez mais se conformando à social-democracia e apresentando concessões ao capital. Não se tratava de *traição*, pois as mudanças foram feitas às claras e gradualmente, movendo-se em direção ao centro, visando a conquista eleitoral, e não apenas a chegada ao poder. Dessa maneira, como representante do *transformismo* da CUT e do PT e continuador da política de ajuste macroeconômico anterior, o governo do presidente Lula está consolidando o modelo neoliberal no Brasil sob a hegemonia do capital financeiro. Esse governo representaria uma etapa superior, que corresponderia a duas modificações : 1) modificações na correlação de forças no interior do bloco no poder - graças à elevação da posição relativa da burguesia interna voltada para a exportação (origem dos dólares que remuneram o capital financeiro); e 2) modificações nas relações entre o bloco no poder e as massas populares - sua base social principal são os dos trabalhadores pauperizados e politicamente desorganizados.

Teria ocorrido um caso histórico de *transformismo*, conceito gramsciano aplicado à análise do processo de abandono do marxismo como expressão de uma mudança de *concepção de mundo* de intelectuais do PT que se deslocaram no terreno da luta de classes. Esses intelectuais formam atualmente o bloco político conhecido como *campo majoritário* do PT. E teriam transformado o PT, ao longo dos anos noventa, na *esquerda do capital* (COELHO, 2005).

Acentua-se no governo Lula o processo político de acomodação da nova elite política ao sistema político; de cooptação dos dirigentes partidários, sindicais e populares pelo governo e seu alojamento na estrutura burocrática do Estado; de aceitação da elite sindical do modelo neoliberal. Dessa forma, impede-se a superação do modelo, desmobiliza-se o movimento sindical e os movimentos sociais, com graves conseqüências para a esquerda. Pode-se pensar na constituição de uma classe detentora, que dominaria os altos postos da burocracia, mas que teria pouca ou nenhuma influência sobre o conteúdo e a direção da política econômica e social.

Fica claro que, apesar de diferenças pontuais e mesmo que rejeite o rótulo “social-liberal”, o governo Lula foi continuador da política de ajuste macroeconômico anterior, consolidando o modelo neoliberal no Brasil sob a hegemonia do capital financeiro. Esse governo representaria uma nova fase, desde início dos anos 90, uma etapa superior, que corresponderia a duas modificações : 1) a modificações na correlação de forças no interior do bloco no poder : graças à elevação da

posição relativa da burguesia interna voltada para a exportação (origem dos dólares que remuneram o capital financeiro); e 2) a modificações nas relações entre o bloco no poder e as massas populares: sua base social são os dos trabalhadores pauperizados e politicamente desorganizados.

O que explicaria a incorporação, pelo PT, do programa neoliberal? De acordo com a hipótese de Adriano Cordado, duas razões: de um lado, uma predisposição da direção do partido em estabelecer um compromisso com o modelo neoliberal, compromisso esse que favoreceria a estabilidade econômica e, por essa via, a estabilidade política, valor supremo para o grupo que está no governo (talvez segundo a equação: quanto menor o conflito, maior as chances de continuidade no poder). Trata-se assim de uma política de acomodação. Essa política de acomodação ao sistema – conduzida pela direção partidária – é complementada por meio de uma política de cooptação das lideranças dos movimentos populares, dos dirigentes sindicais e dos militantes do partido segundo o procedimento mais usual dos governos no Brasil: o empreguismo. Essa clientela tem então todo interesse na estabilidade, continuidade, no *status quo*, enfim. Por outro lado, não haveria mais uma força social importante que desafie o modelo neoliberal, justamente porque as forças que teriam maior capacidade de organização e pressão sobre o governo – o sindicalismo dos bancários, dos petroleiros e dos metalúrgicos – estão se adequando ao modelo. Para um amplo setor, isso se traduz numa política de aceitação das reformas neoliberais imaginando que as condições de « empregabilidade » dependam da revogação de institutos importantes da CLT.⁴

De acordo com a tese de Eurelino Coelho, teria ocorrido um caso histórico de *transformismo*, conceito gramsciano que o autor aplica a análise do processo de abandono do marxismo como expressão de uma mudança de *concepção de mundo* de intelectuais do PT que se deslocaram no terreno da luta de classes. Esses intelectuais formam atualmente o bloco político conhecido como *campo majoritário* do PT. E teriam transformado o Partido dos Trabalhadores, ao longo dos anos noventa, na *esquerda do capital*.⁵

Acentua-se no Governo Lula o processo político de acomodação da nova elite política ao sistema político; de cooptação dos dirigentes partidários, sindicais e populares pelo governo e seu alojamento na estrutura burocrática do Estado; de aceitação da elite sindical do modelo neoliberal. Dessa forma, impede-se a superação do modelo, desmobiliza-se o movimento sindical e os movimentos sociais, com graves conseqüências para a esquerda. Mas inicia a constituição de uma

⁴ CORDATO, Adriano Nervo. A elite estatal no governo dos trabalhadores. In: Revista *Espaço Acadêmico*, no. 44, janeiro de 2005, <http://www.espacoacademico.com.br>.

⁵ COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado em História, ICHF/UFF, Niterói, 2005. A tese tem como um dos temas centrais a análise da trajetória da Articulação e do PRC (Partido Comunista Revolucionário, posteriormente, Nova Esquerda e, enfim, Democracia Radical).

classe detentora, que monopoliza os altos postos da burocracia, mas que tem pouca ou nenhuma influência sobre o conteúdo e a direção da política econômica e social.⁶

Para Cordato, a questão central para a caracterização do Governo Lula é: qual a relação da elite estatal com a classe economicamente dominante? Essa relação não poderia ser simplesmente suposta (como a idéia de classe detentora sugere, sendo a ‘burocracia’, em sentido amplo, uma espécie de executora da política da fração hegemônica em razão dos limites estruturais do sistema), mas é uma relação que tem de ser determinada empiricamente, historicamente, concretamente. Para o seu desenvolvimento, o autor propõe dois caminhos: ou se investiga a composição social da elite estatal (a fim de demonstrar as conexões sociais dessa elite com os “homens de negócios”, conexões essas que podem estar ligadas ao status, ao meio social, à educação, a disposições ideológicas comuns entre esse grupo e a classe dominante); ou se investiga a configuração precisa do sistema estatal e o acesso a posições privilegiadas nesse sistema pelos “homens de negócios”.⁷

Tal posição implica na compreensão do Estado, não como uma entidade monolítica e homogênea, mas como um sistema institucional de aparelhos diferentes, que concentram níveis de poder também diferentes, bem como as tensões e conflitos da sociedade o perpassam – o Estado-relação.⁸ Os ramos ou aparelhos do Estado mais importantes (isto é, onde se concentra a capacidade de decidir) são os centros de poder. A análise, segundo Cordato, teria então de começar pela determinação de quais seriam os centros de poder do Estado brasileiro – neste governo – para daí passar à determinação do perfil social não da elite estatal (da ‘classe detentora’) mas dos ocupantes dos centros de poder real, dessa ‘elite da elite’, que é sempre uma minoria. Dessa forma, deve-se relativizar a idéia segundo a qual teria havido uma diluição social da alta burocracia do Estado em função do « empreguismo »; relativizar a idéia segundo a qual teria havido acesso a posições de elite do sistema estatal por indivíduos oriundos do ‘mundo do trabalho’ (cúpulas sindicais, dirigentes partidários de origem proletária etc.); portanto, relativizar a idéia do governo do PT como uma ‘república dos sindicalistas’. Teria ocorrido uma (re)colonização dos estratos superiores do

⁶ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. São Paulo: Graal, 1988.

Para Armando Boito Jr., « A situação brasileira atual não reproduz fielmente a situação designada pelo conceito de classe detentora – não estamos falando do conjunto da classe operária e os sindicalistas da Articulação Sindical estão muito longe de monopolizar os principais cargos do Executivo Federal. Porém, mesmo nessa versão limitada, a detenção de altos cargos no executivo federal pelos sindicalistas produz efeitos políticos e ideológicos importantes. A formação do governo Lula é vista, por esses trabalhadores, como uma situação inteiramente nova. Com esse governo, esses sindicalistas imaginam ter chegado ao poder ou, pelo menos, estar participando dele, e esperam do presidente sindicalista, não uma ruptura com o modelo capitalista neoliberal, mas um neoliberalismo com crescimento econômico e expansão do emprego » . BOITO JR., Armando. Entrevista concedida a Gazeta Mercantil, republicada na *Revista Espaço Acadêmico*, no. 44, jan. 2005, in: <http://www.espacoacademico.com.br>

⁷ CORDATO, Adriano Nervo. op. cit.

⁸ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. São Paulo: Graal, 1988.

ramo administrativo do sistema estatal pelos “homens de negócios”, ficando as posições políticas nas mãos da Articulação Sindical e do Campo Majoritário.⁹

Lula iniciou o segundo mandato com uma articulação política ainda mais ampla e estável no Congresso Nacional, tendo como base a aliança com o PMDB. Esse governo foi marcado pelo prosseguimento da política econômica, com redução mais acelerada da taxa básica de juros, do crescimento mais acelerado do PIB, do aumento mais significativo do salário mínimo acima da inflação, da geração de um maior número de empregos, da distribuição e do aumento da renda da maioria da população. Além disso, exercitou sua musculatura nas relações internacionais, através de uma postura independente e maior protagonismo na ONU, nos fóruns e organismos internacionais, bem como na tentativa de mediação de conflitos, sobre tudo palestino-israelense e EUA-Irã, ao mesmo tempo em que aprofundou as relações no Mercosul e as estendeu ao subcontinente e efetivou o eixo global Sul-Sul, com parcerias com África do Sul, Índia e, principalmente, a China. Foi bem sucedido na articulação e patrocínio da candidatura brasileira para sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. Se, politicamente, o governo Lula foi caracterizado pela busca da conciliação de interesses classistas, não só entre capital e trabalho, mas entre frações da burguesia, economicamente apresentou escolhas políticas que mantiveram a hegemonia do capital financeiro, a gigantesca remuneração a esse setor através dos juros, ao mesmo tempo que ampliou o mercado interno, incorporando cerca de 50 milhões de pessoas (que deixaram a pobreza absoluta), e cerca de 20 milhões numa nova classe média baixa – tornando o país um mercado de classe média. Se, para atender esse mercado, as importações aumentaram (passando de cerca de US\$40bilhões em 2003 para mais de US\$100bilhões em 2009), por outro lado as exportações também cresceram (passando de cerca de US\$60bilhões em 2003 para mais de US\$150bilhões em 2009), sendo que os setores agro-pecuários e de mineração se destacaram, implicando numa diminuição relativa da exportação de produtos de maior valor agregado.

As reservas cambiais cresceram de pouco mais de US\$30bilhões para US\$200bilhões. Como consequência, houve uma valorização da moeda, com o dólar passando de R\$3,00 para R\$1,78 no segundo mandato. Através principalmente do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), foram investidos cerca de R\$500 bilhões em infraestrutura, com construção e recuperação de estradas, portos, aeroportos, etc. Foram criadas 10 novas universidades federais e 45 novos *campi* das ifes já existentes. Através do REUNI, mais recursos foram repassados para as ifes e, pelo PROUNI, mais bolsas para instituições privadas, objetivando esses programas a ampliação de vagas no ensino superior. Para melhorar a qualidade dos ensinos fundamental e

⁹ CORDATO, Adriano Nervo. op. cit.

médio, foram criados e ampliados o FUNDEF e o FUNDEB. E foram criadas ainda 214 escolas técnicas federais em todo o país.

O ocorreu uma intensificação do processo de modernização de grande parte da indústria e de concentração de capitais. O país possui uma economia cada vez mais oligopolizada. Mas a novidade é que parte dos grandes conglomerados nacionais tornaram-se “multinacionais brasileiras” e “empresas globais”, disputando o mercado continental ou mundial, com importantes investimentos, ativos e aquisições no exterior, como os bancos Itaú e Bradesco, a Brasil Foods (oriunda da fusão da Sadia com a Perdigão), a Inbev (fusão da brasileira Ambev com a belga Interbrew), a Embraer, e a Vale, além da Petrobrás. Esse processo assinala o ingresso do Brasil no rol das potências imperialistas, ainda que numa posição inferior ao que o governo gostaria, mas com maior autonomia do que seus críticos admitem.

O crédito se ampliou drasticamente, de 23% do PIB em 2003 para 46% em 2009. E a expansão do emprego com carteira assinada deu um salto gigantesco: enquanto nos oito anos de FHC foram criados 1.260.000 empregos com carteira assinada, de 2003 a 2010 foram criados mais de 10 milhões de empregos formais. O salário mínimo ficou em média em US\$ 150, enquanto que sob FHC a média era US\$ 55; a média dos benefícios pagos entre 1995-2002 foi de R\$ 18 milhões mensais, enquanto que de 2003 a 2009 a média subiu para R\$ 24 bilhões mensais.

A crise financeira mundial, iniciada em 2008, interrompeu o ciclo ascendente de produção e consumo. Contando com um mercado interno aquecido, o governo foi capaz de contrabalançar o impacto da crise no comércio exterior. A ideia, difundida pelo presidente, de que a população podia comprar sem medo de quebrar, ajudou a conter o que poderia ser um choque recessivo e a relançar a economia rapidamente em nova fase de crescimento.

As principais políticas utilizadas foram a ampliação do crédito consignado, da desoneração fiscal estratégica, como a do IPI sobre os automóveis e os eletrodomésticos da linha branca, o papel dos bancos públicos - em particular o do BNDES - na sustentação das empresas aumentou a capacidade do Estado para conduzir a economia.

Embora ainda que todos os dados não estejam consolidados, é possível indicar algumas conclusões. Não houve nenhuma contradição fundamental entre o desenvolvimento da política econômica do governo Lula, voltada para o grande capital, em particular o financeiro, e a realização de programas de transferência de renda, direcionados às parcelas mais pobres da população, tal como o Bolsa Família. Desde o início ficou evidente a busca de um governo “para todos”, buscando a conciliação de interesses de classes e frações, além da incorporação dos setores desorganizados

em sua base política. O fato de grande parcela ter sido retirada da pobreza absoluta não significou a eliminação dos fatores determinantes da pobreza, nem impediria a sua reprodução.

Referências

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma Década Quase Perdida. PT, CUT, Crise e Democracia no Brasil: 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2011.

ALMEIDA, José Maria de. Flexibilização de Direitos e Desmonte da Democracia e da Autonomia Sindical, in: www.pstu.org.br, acessado em 03/2004. (e artigos...)

ALVES, Giovanni. *O novo(e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

BARGAS, Osvaldo Martines e Oliveira, Marco Antonio. É hora da reforma sindical. In: *Teoria & Debate*, edição 61, São Paulo, fev/mar de 2005.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORGES, Altamiro. *A Reforma Sindical no Governo Lula*. <http://www.espacoacademico.com.br/039/39cborges.htm>

CAMARGO, Jose Marcio (org.), *Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado em História, ICHF/UFF, Niterói, 2005.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Reforma Sindical do Governo Lula: histórico e perspectivas*. In: <http://www.socialismoeliberdade.org/?id=185>

Contribuição da CSC à Plenária Nacional Extraordinária dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT).(2004).

CORDATO, Adriano Nervo. A elite estatal no governo dos trabalhadores. In: Revista *Espaço Acadêmico*, no. 44, janeiro de 2005, <http://www.espacoacademico.com.br>.

CUT: Resoluções dos III, IV, V, VI, VII e VIII CONCUR's; Caderno de Subsídios (2003); Sistema Democrático de Relações do Trabalho (1992); 9ª Plenária Nacional (1999); 10ª Plenária Nacional (2002); João Felício, Presidente Nacional da CUT, "A CLT e a modernidade", artigo publicado em 03/04/2002; "A CUT e a reforma sindical e trabalhista: garantir direitos, fortalecer a organização sindical e democratizar as relações de trabalho" CUT, Grupo de Trabalho sobre Reforma Sindical e Trabalhista, texto apresentado no 8º. CONCUR; A Reforma Trabalhista (Texto da CUT apresentado no Fórum Nacional do Trabalho e no "Seminário Nacional sobre as Reformas Sindical e Trabalhista" organizado pela CUT na cidade de Louveira - SP, nos dias 10, 11 e 12/12 de 2003)

DAGNINO, Evelina. *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAÜBLER, Wolfgang (et. al.), *O Mundo do Trabalho. Crise e mudança no final do século*, São Paulo: Scritta, 1994.

DINIZ, Eli, Reformas econômicas e democracia no Brasil dos anos 90: as câmaras setoriais como fórum de negociação, in: *Dados*, no. 37, 1994.

- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.
- DREIFUSS, René A., *A Era das Perplexidades. Mundialização, Globalização e Planetarização: Novos Desafios.*, Petrópolis, Vozes, 1996.
- Fórum Nacional do Trabalho: Criação, Objetivos, Composição; Relatório da Comissão de Sistematização.
In: www.fnt.tem.gov.br
- GIANOTTI, Vito e NETO, Sebastião (orgs.) *Para onde vai a CUT?* Campinas: Scritta, 1993.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, o Estado e a Política*, 8ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1991.
- MATTOSO, Jorge Eduardo Levi & OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de, *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?*, São Paulo: Scritta, 1996.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia (orgs.) *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. São Paulo: Vozes/NEDIC/FAPESP, 1999.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. São Paulo: Graal, 1988.
- PROGRAMA DE GOVERNO 2002. *Reforma Trabalhista*. Disponível em <http://www.pt.org.br/site/assets/programadegoverno.pdf>. Acesso em: dez. 2006
- Revista Katalysis - Políticas Sociais no Governo Lula:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1414-498020070001&lng=pt&nrm=iso
- VAZ, Flávio Tonelli. *A Reforma Sindical do Governo Lula: pluralidade sindical e autonomia privada para os acordos trabalhistas*. in: <http://www.diap.org.br/agencia/Anexos/RefSindTonelli.doc>